

HABEAS CORPUS Nº 548.824 - SP (2019/0358095-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **ROGERIO SENE PIZZO**
ADVOGADO : **ROGÉRIO SENE PIZZO - SP258294**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **MATHEUS HENRIQUE RIBEIRO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MATHEUS HENRIQUE RIBEIRO - preso cautelarmente por suposta infração ao art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 - contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2230376-87.2019.8.26.0000).

Na presente impetração a defesa alega, em síntese, que o decreto prisional está amparado apenas na gravidade abstrata do delito. Sustenta não estarem presentes os requisitos autorizadores da medida constritiva cautelar previstos no art. 312 do CPP.

Sublinha ser o paciente primário, detentor de bons antecedentes, além de possuir residência fixa e ocupação lícita.

Assevera ser suficiente, no caso, a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a sua substituição por medidas cautelares alternativas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não

verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada falta de fundamentação do decreto prisional.

Isso porque, no momento do flagrante, o paciente foi surpreendido com 148 porções de cocaína, vários saquinhos plásticos destinados a embalar a droga, R\$ 270,00 em espécie e um veículo produto de furto, com os sinais identificadores adulterados.

Assim, em princípio, o *decisum* impugnado encontra suporte na jurisprudência desta Corte, segundo a qual, "*prisão fundamentada na qualidade e quantidade da droga apreendida [é] motivação considerada idônea para a manutenção da segregação de natureza cautelar*" (AgRg no HC n. 323.444/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 23/6/2015, DJe 4/8/2015).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília/DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator